



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

PARECER TÉCNICO

Referência: Análise do plano de trabalho

Entidade beneficiária: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Itanhandu

CNPJ: 17.904.913/0001-35

Exercício: 2025 – Execução 2026

I – DA APRESENTAÇÃO

Refere-se a parecer técnico emitido com fundamento no artigo 2, incisos X e XI c. c. artigo 35, inciso V, alíneas "a" a "h" da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal nº 2.629/2017, para fins de análise e emissão de parecer técnico acerca do plano de trabalho da Organização da Sociedade Civil, denominada, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Itanhandu, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.904.913/0001-35, representada legalmente por Eduardo Henrique dos Santos, com sede na Av. Dr. José de Lourdes Salgado Scarpa, 518 – João Paulo II, Itanhandu/MG - Cep 37464-000.

II – DA JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Itanhandu;

Considerando a necessidade do Município de Itanhandu em suprir atividades no âmbito da assistência social;

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente executadas pelo poder público local;

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto - definidas pelo artigo 2º da Lei nº 13.019/2014.

Considerando que, após análise feita em âmbito local constatamos que somente a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Itanhandu presta serviços especializados na promoção e atenção integral à pessoas com deficiência intelectual e múltipla, prestando serviços de assistência social, educação especializada, saúde e reabilitação, com o objetivo de garantir inclusão social, defesa de direitos e desenvolvimento pleno desses indivíduos e suas famílias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Considerando que, nestes casos a Lei nº 13.019/2014 preceitua que, a administração pública poderá dispensar o Chamamento Público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

Perante o exposto, justificamos as razões pelas quais entendemos a relevância da formalização de instrumento de parceria perante a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Itanhandu.

III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo os artigos 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica autorizado à administração pública formalizar entre as entidades consideradas organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho.

Neste sentido, tendo em vista que no município de Itanhandu não possui entidade que é capaz de cumprir com o objeto proposto no plano de trabalho apresentado, deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Vale ressaltar que não há falta de interesse do poder público na presente parceria, há o cumprimento das finalidades ínsitas à política pública de assistência social, mas há incapacidade momentânea do poder público em cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente nesta área.

IV) DA ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

O art. 35, V, dispõe que deve ser emitido o parecer do órgão técnico, devendo o mesmo se pronunciar expressamente sobre alguns quesitos dos quais passamos a explanar, especialmente sobre:

- a) **Mérito da proposta, em conformidade com a modalidade da parceria adotada:**
a proposta apresentada pela entidade apresenta todos os elementos pertinentes ao





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Termo de Colaboração e demonstra de forma clara e objetiva a execução de trabalho, podendo, ser considerada aprovada.

- b) **Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:** a proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.
- c) **Da viabilidade de sua execução:** o Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.
- d) **Da verificação do cronograma de desembolso:** O desembolso de recursos será realizado em parcela única no mês de setembro.
- e) **Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:** a parceria será fiscalizada pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação e serão avaliados o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho.
- f) – Revogado;
- g) **Da designação do gestor da parceria:** designado com o fim único e exclusivo de Gestor das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, por meio do Decreto Municipal nº 7.569, de 26 de maio de 2025, tendo como fundamento legal o artigo 2º, inciso VI; artigo 61 e artigo 35, alínea g, da Lei Federal nº 13019/2014 c.c artigo 36 do Decreto Municipal nº 2.629/2017.
- h) **Da designação da Comissão de Seleção e Comissão de monitoramento e avaliação da parceria:** designa com fim único e exclusivo de comporem a Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação, por meio do Decreto Municipal nº 6.592, de 10 de agosto de 2023 e nº 7.840, de 03 de novembro de 2025 respectivamente, tendo como fundamento legal o artigo 27, § 1º, artigo 58 e 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 27 e 37 do Decreto Municipal nº 2.629, de 06 de março de 2017.

V) DOS DOCUMENTOS

Com base na legislação aplicável ao instrumento, Art. 34 da Lei nº13.019/2014, a organização da sociedade civil abaixo identificada (anexo I), apresentou os documentos necessários para celebrar a parceria conforme checklist (anexo II).

VI) CONCLUSÃO

Diante do exposto, e após as devidas análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados estão compatíveis com a realidade; o cronograma previsto na proposta é oportuno e permite uma fiscalização factual. Sendo assim, posteriormente todo trâmite necessário prescrito em lei, somos de parecer técnico favorável



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

a formalização da parceria entre o Município de Itanhandu e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Itanhandu, consoante às disposições expressas em lei.

Itanhandu, 16 de dezembro de 2025.

Ricardo Souza Moreira dos Santos

Psicólogo

Matrícula: 09519

Presidente do CMAS

Márcia Maria Lemes Simões

Chefe da Divisão de Administração de Desenvolvimento Social

Matrícula: 09721



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Anexo I

FICHA CADASTRAL		
I – IDENTIFICAÇÃO		EXERCÍCIO
01 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais		02 – CNPJ: 17.904.913/0001-35
03 – ENDEREÇO: Av. Dr. José de Lourdes Salgado Scarpa, 518		
04 – CEP: 37464-000	05 – BAIRRO: João Paulo	06 – CELULAR (35) 99948-2331
07 – SITE:		08 – EMAIL: itanhandu@apaemg.org.br
II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL		
01 – NOME: Eduardo Henrique dos Santos		02 – CPF: 071.366.266-25
03 – RG 14.927.970		04 – DATA DA POSSE: 02/01/2023
05 – ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Arlindo Perroni Scarpa nº 307		
06 – BAIRRO: Mirante da Serra	07 – FONE RESIDENCIAL:	08 – CELULAR: (35) 9 9153 7668



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Anexo II

CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA FORMALIZAR PARCERIA		
01	Cartão de CNPJ	✓
02	Alvará Licença de Funcionamento	✓
03	Certidão Débito Tributários - Fazenda Estadual	✓
04	Certidão Débito Tributários - Municipal	✓
05	Certidão Débito Tributários - Federal	✓
06	Certidão de Débitos Trabalhistas	✓
07	Certidão de Regularidade FGTS	✓
08	Estatuto	✓
09	Regimento Interno	✓
10	Comprovante de Endereço	✓
11	Certificação ou Lei - Utilidade Pública	✓
12	Certificado de Registro fins filantrópicos ou Reg. no Conselho Municipal (não obrigatório)	-
13	Declaração de conhecimento tácito das condições chamamento público (se necessário)	-
14	Ata de Posse dos Dirigentes	✓
15	Atestado de Funcionamento	✓
16	Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial	✓
17	Certidão contendo Dirigentes e Conselheiros	✓
18	Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade	✓
19	Declaração conta corrente específica	✓
20	Declaração objeto representa vantagem econômica para administração municipal	✓
21	Declaração de atendimento a Lei Federal nº 12.527/2011 e publicidade	✓
22	Declaração não impedimento de celebrar parceria	✓
23	Declaração não haverá contratação de servidor ou empregado público	✓
24	Declaração de ciência da utilização dos recursos, cumprimento das metas e prestação de contas.	✓